



Livro: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_  
Folha: \_\_\_\_\_

## **CÂMARA MUNICIPAL DE PENAMACOR**

### **ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA N.º 18 DA CÂMARA MUNICIPAL DE PENAMACOR NO DIA 23 DE SETEMBRO DE 2016.**

Aos vinte e três dias do mês de setembro do ano de dois mil e dezasseis, reuniu ordinariamente a Câmara Municipal de Penamacor, presidida pelo Senhor Presidente da Câmara, António Luís Beites Soares, com a seguinte ordem de trabalhos: -----

1. Ratificação à Alteração Orçamental N.º 7/2016 e Alteração às Grandes Opções do Plano N.º 7/2016; -----
2. Taxa de IMI a cobrar em 2017; -----
3. Participação no IRS em 2017; -----
4. Parecer Prévio para Prestação de Serviços – “Elaboração de Projeto da Requalificação e Ampliação das Termas da Fonte Santa – Águas”; -----
5. Autorização para celebração do adicional da empreitada “Casa da Memória da Medicina Sefardita António Ribeiro Sanches – Penamacor”; -----
6. Abertura de Procedimento de Empreitada de Obras Públicas – “Requalificação Urbana de Penamacor – Fase I: Requalificação Urbana do Acesso ao Cimo de Vila”; -----
7. Contratação de Fornecimento de Energia Elétrica em Mercado Liberalizado;
8. Protocolo entre a Câmara Municipal de Penamacor e a Associação Iberlinx;
9. Modelo de estrutura orgânica da Câmara Municipal de Penamacor para o ano de 2017; -----
10. Finanças Municipais. -----

Estiveram ainda presentes, para além do Senhor Presidente da Câmara Municipal António Luís Beites Soares, os Senhores Vereadores Vítor Manuel de Sousa Gabriel, Manuel Joaquim Ribeiro Robalo, Ilídia Alves Cruchinho Lélé e Pedro Miguel Naves Folgado comigo Teresa Maria Bento Ribeiro, Técnica Superior, a secretariar. -----

O Senhor Presidente declarou aberta a reunião eram quinze horas e de imediato deu início ao período de Antes da Ordem do Dia: -----

Ref.ª \_\_\_\_\_  
Data: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_



## CÂMARA MUNICIPAL DE PENAMACOR

Livro: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_  
Folha: \_\_\_\_\_

### PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA. -----

Foi presente ao Executivo a ata da última reunião ordinária realizada em 9 de setembro do ano de dois mil e dezasseis, cuja fotocópia foi antecipadamente distribuída a todos os membros do executivo. -----

Posta a votação, foi a mesma aprovada por unanimidade. -----

O Senhor Presidente da Câmara deu a palavra aos Senhores Vereadores que dela quisessem usar: -----

**O Sr. Vereador Pedro Folgado** começou a sua intervenção referindo-se a um assunto abordado na anterior reunião, sobre a redução do preço do gasóleo profissional nas zonas de fronteira. Perguntou ao senhor presidente se já tomou alguma diligência no sentido de saber se essa redução vai ser alargada a toda a zona raiana. -----

Aludiu a uma notícia que saiu na comunicação social esta semana que tem que ver com a recolha de lixo em Salvador. Disse que aparentemente o problema ainda não está resolvido, desejando saber qual o ponto de situação e que medidas já foram adotadas para atenuar esta questão. -----

De seguida, perguntou o senhor presidente sobre o decorrer dos trabalhos no edifício da proteção civil, que aparentemente já está concluído. Perguntou sobre a data prevista para a abertura. -----

Por último, inquiriu o Senhor Presidente sobre o ponto de situação do SIADAP – Sistema Integrado de Avaliação de Desempenho da Administração Pública dos trabalhadores do município, uma vez que se está a concluir um biénio, que configura um período avaliativo. -----

**O Sr. Vereador Vítor Gabriel** congratulou-se com as notícias que têm saído sobre a posição da Universidade da Beira Interior. Considerou que estas



Livro: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_  
Folha: \_\_\_\_\_

## CÂMARA MUNICIPAL DE PENAMACOR

notícias beneficiam toda a região, pois embora se trate de uma instituição do interior do país, veio mostrar que trabalhando afincadamente, com competência e dedicação é possível obter bons resultados, apesar das adversidades da localização no interior do país. Nessa medida, está de parabéns o reitor da universidade, o Professor António Fidalgo, estão de parabéns os docentes, os funcionários, os alunos, todos aqueles que de alguma forma contribuíram para que a universidade tenha alcançado uma posição de prestígio, prestigiando a região. -----

Aproveitando este momento de afirmação da UBI, disse ser possível também em outras áreas, em outros vetores da sociedade, trabalhar no interior com competência e com dedicação. Assim os responsáveis políticos queiram de forma afirmativa e decisiva contribuir para que tal aconteça. Referiu que a situação em que o interior do país se encontra é o resultado de más política, que se foram afirmando durante anos, sendo que todo o espetro política tem responsabilidade na situação em que o interior se encontra. Disse que são necessárias políticas que mudem a situação do interior. Considerou que só com muita vontade e determinação é possível mudar a situação, seja pela via da carga fiscal, seja pela deslocalização de serviços públicos. Se uma universidade pode produzir ensino e investigação de qualidade no interior, outros exemplos, outras instituições do estado podem ser deslocalizadas do centro para o interior do país. -----

**O Sr. Presidente António Soares**, relativamente à questão da redução do preço do gasóleo profissional nas zonas de fronteira, disse que os municípios da zona raiana estão a tomar as devidas diligências no sentido de resolver essa questão. -----

No respeitante à recolha de lixo na freguesia de Salvador, esclareceu tratar-se apenas de um problema num único ponto de recolha e que já foi encaminhado para os serviços externos para ser analisado e resolvido. A este propósito, informou que o município enviou para todas as freguesias disponibilidade de serviço de reforço de contentores e a freguesia de Salvador não solicitou esse



## **CÂMARA MUNICIPAL DE PENAMACOR**

reforço. -----

Em relação ao edifício da proteção civil, informou estar concluído. Neste momento apenas se está a ultimar o equipamento informático, que na próxima semana ficará totalmente concluído e apetrechado de forma a gerar todas as suas funcionalidades. Referiu que já foi deslocado para o edifício o serviço do gabinete técnico florestal. -----

Acerca do SIADAP, disse que após alteração da estrutura orgânica da câmara, o processo de avaliação está a decorrer até ao final do ano, com preparação do biénio a partir do próximo mês. -----

Por último, expressou votos de felicitação à Universidade da Beira Interior. Considerou tratar-se de um prestígio para a região. Saúda o reitor, conterrâneo de Aldeia de João Pires, pelo ensino de elevada qualidade, desejando que no futuro possam continuar a engrandecer a região e o país. -----

### **PERÍODO DA ORDEM DO DIA. -----**

#### **1 – RATIFICAÇÃO À ALTERAÇÃO ORÇAMENTAL Nº 7/2016 E ALTERAÇÃO ÀS GRANDES OPÇÕES DO PLANO Nº 7/2016. -----**

Foi presente à reunião de câmara despacho do Senhor Presidente da Câmara, de 21 de setembro de 2016, que se anexa à presente ata e dela passa a fazer parte integrante. -----

No referido despacho o Senhor Presidente, usando as competências previstas no nº 3 do artigo 35º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, autorizou os Serviços de Contabilidade e Finanças a efetuarem a respetiva alteração. -----

Submetida a ratificação foi aprovada por unanimidade. -----

#### **2 – TAXA DE IMI A COBRAR EM 2017. -----**



Livro: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_  
Folha: \_\_\_\_\_

## CÂMARA MUNICIPAL DE PENAMACOR

Foi presente à reunião proposta subscrita pelo senhor presidente da câmara que se transcreve: -----

“O Imposto Municipal sobre Imóveis incide sobre o valor patrimonial tributário dos prédios rústicos e urbanos na área do Município e constitui uma receita municipal, sem prejuízo de o produto da receita do IMI sobre prédios rústicos e da participação de 1% da receita do IMI sobre o prédios urbanos constituir receita das freguesias, conforme o disposto na alínea a) do artigo 14º e da alínea a) do nº 1 do artigo 23, ambos da Lei das Finanças Locais (Lei nº 73/2013, de 3 de setembro). -----

Nos termos da redação atual do nº 5 do artigo 112º do Código do Imposto Municipal sobre Imóveis, aprovado pelo Decreto-Lei nº 287/2003, de 11 de novembro, em conjugação com o disposto na alínea d) do nº 1 do artigo 25º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, cabe aos municípios, mediante deliberação da Assembleia Municipal, definir em cada ano as taxas de IMI a aplicar. -----

Assim, para efeitos de submissão à aprovação da Assembleia Municipal na sua próxima sessão, com vista à comunicação prevista no nº 13 do artigo 112º do CIMI, proponho que seja deliberado: -----

Propor à Assembleia Municipal que seja fixada para 2017 a taxa mínima de IMI de 0,3% para os prédios urbanos, prevista na alínea c) do nº 1 do artigo 112º do CIMI, na sua redação atual e, ao abrigo do nº 13 do mesmo artigo, aprovar a redução da taxa de IMI para prédios destinados a habitação própria e permanente, em função do número de dependentes que compõem o agregado familiar do sujeito passivo, de acordo com a seguinte tabela”: -----

Número de dependentes a cargo	Redução de taxa
1	10%
2	15%
3 ou mais	20%

A proposta foi aprovada por unanimidade e em minuta, nos termos e para os efeitos dos nºs. 3 e 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro. -----

Os senhores vereadores Pedro Folgado e Vítor Gabriel embora associando-se à taxa mínima de IMI, recordaram a proposta da coligação de aplicação de

Ref.ª \_\_\_\_\_  
Data: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_



Livro: \_\_\_\_/\_\_\_\_  
Folha: \_\_\_\_

## CÂMARA MUNICIPAL DE PENAMACOR

majoração de IMI para imóveis degradados como um incentivo à recuperação dos mesmos. -----

O senhor presidente recordou que está a ser feito um levantamento dos imóveis degradados, prevendo que a majoração possa ser aplicada à zona histórica de Penamacor em 2018. -----

### **3 – PARTICIPAÇÃO NO IRS EM 2017.** -----

Foi presente à reunião proposta subscrita pelo senhor presidente da câmara que se transcreve: -----

“Nos termos do artigo 26º da Lei das Finanças Locais, aprovada pela Lei nº 73/2013, de 3 de setembro, o município tem direito a uma participação anual variável, até ao limite de 5% no IRS dos sujeitos passivos com domicílio fiscal na circunscrição territorial, relativa aos rendimentos do ano imediatamente anterior. -----

A participação no IRS depende de deliberação sobre a percentagem pretendida pelo município, a qual tem de ser comunicada à Autoridade Tributária até ao dia 31 de dezembro, sendo que a falta de comunicação equivale à falta de deliberação e acarreta a perda do direito, por parte do município, à participação variável no IRS. -----

Como tal, deve ser promovida a aprovação pelo executivo de proposta para deliberação no que respeita à taxa da participação municipal no IRS, por forma a dar cumprimento ao prazo legalmente previsto para comunicação à Autoridade Tributária. -----

Assim, proponho que, para efeitos de submissão à aprovação da Assembleia Municipal na sua próxima sessão, seja deliberado: -----

Propor à Assembleia Municipal que fixe em 4% a participação municipal no IRS (abdicando de 1%) para o próximo ano”. -----

O senhor presidente justificou a participação municipal de 4% como uma questão estratégica por parte da Câmara Municipal, que continuará a permitir a oferta dos manuais escolares a todas as crianças e jovens do concelho de

Ref.ª \_\_\_\_\_  
Data: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_



## **CÂMARA MUNICIPAL DE PENAMACOR**

Penamacor e o reforço atribuído à Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Penamacor. -----

O senhor vereador Pedro Folgado disse que a devolução de 1% aos munícipes é claramente insuficiente e muito reduzida. À semelhança do ano anterior, os vereadores da coligação deram uma alternativa ao executivo para o fornecimento gratuito dos manuais escolares, com a criação de um banco de manuais escolares. -----

A proposta foi aprovada por maioria com os votos contra dos senhores vereadores Vítor Gabriel e Pedro Folgado, por entenderem que a devolução é manifestamente insuficiente. -----

O Senhor Presidente propôs a aprovação da presente deliberação em minuta, nos termos dos n.ºs. 3 e 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro. A proposta foi aprovada por unanimidade. -----

### **4 – PARECER PRÉVIO PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS – “ELABORAÇÃO DE PROJETO DA REQUALIFICAÇÃO E AMPLIAÇÃO DAS TERMAS DA FONTE SANTA – ÁGUAS”. -----**

Foi presente à reunião proposta subscrita pelo senhor presidente da câmara que se transcreve: -----

“Resulta do disposto no artigo 6.º do Decreto – Lei n.º 209/2009, de 3 de setembro, na sua atual redação e do disposto nº 5 e no nº 10 do artigo 35º da Lei nº 7-A/2016, de 30 de março, conjugado com o nº 18 do mesmo artigo, que a celebração ou renovação de contratos de prestação de serviços, depende de parecer prévio favorável do Órgão Executivo, relativamente à verificação dos requisitos do nº 6 do mesmo artigo 35º, sob pena da nulidade do contrato. -----

Os trâmites e os termos do parecer prévio encontram-se regulamentados na Portaria n.º 149/2015, de 26 de maio. -----

Deste modo, torna-se necessário obter parecer favorável da Câmara Municipal previamente à decisão sobre a abertura de procedimento para formação de contrato, na modalidade de ajuste direto – regime geral e com fundamento na



## **CÂMARA MUNICIPAL DE PENAMACOR**

alínea a) do nº 1 do artigo 20º do Código dos Contratos Públicos atualizado, com convite a três prestadores de serviço, nomeadamente SVIRU – Serviços de Renovação Urbana, Lda., Procibuild – Investimentos e Engenharia Global, Lda. e Páginas da Memória – Unipessoal, Lda., com vista à celebração, pelo prazo de 30 dias, de contrato de prestação de serviços cujo objeto seja a consultoria técnica, para prestar serviços de Elaboração de Projeto da Requalificação e Ampliação das Termas da Fonte Santa - Águas. -----

A emissão de parecer pelo Órgão Executivo, depende da verificação dos requisitos cumulativos previstos no n.º 2 do artigo 3.º da Portaria n.º 149/2015, designadamente da constatação de que se trata da execução de trabalho não subordinado para o qual se revele inconveniente o recurso a qualquer modalidade de relação jurídica de emprego público, sem prejuízo da obediência ao regime de aquisição de serviços previsto no Código dos Contratos Públicos atualizado e da verificação de que se encontrem regularizadas a situação fiscal e perante a segurança social do prestador de serviço, além da confirmação da existência de cabimento orçamental. -----

Assim, há que ter em consideração o seguinte: -----

Está em causa um procedimento de contratação ao abrigo do Código dos Contratos Públicos atualizado, com vista à celebração de um contrato de aquisição de serviços de consultoria técnica para Elaboração de Projeto da Requalificação e Ampliação das Termas da Fonte Santa - Águas pelo prazo de 30 dias. -----

O pedido de parecer tem de ser instruído, por força do que dispõe o nº 2 do artigo 3.º da Portaria n.º 149/2015, de 26 de maio, e das várias disposições para as quais remete, com os elementos que permitam determinar com rigor o seguinte: -----

a) Que se trata da execução de trabalho não subordinado para o qual se revele inconveniente o recurso a qualquer modalidade de relação jurídica de emprego público; -----

b) Que se encontra confirmada a existência de cabimento orçamental da despesa; -----





**CÂMARA MUNICIPAL DE PENAMACOR**

c) Inexistência de impedimento à celebração do contrato; -----

d) Que a entidade convidada têm regularizada as situações perante o fisco e a segurança social. -----

Assim, estando verificados os requisitos legais atrás referidos, proponho que seja deliberado emitir parecer prévio favorável à abertura de procedimento de formação de contrato e consequente celebração de contrato de prestação de serviços de Elaboração de Projeto da Requalificação e Ampliação das Termas da Fonte Santa - Águas na modalidade de consultoria técnica. Para o efeito, esclarece-se o seguinte: -----

a) O objeto do procedimento é pois, tecnicamente determinado e específico, e os serviços serão necessariamente executados de modo autónomo e não subordinado, sem imposição de horário, com autonomia técnica e sem obediência a ordens diretas relativamente ao modo de execução, limitando-se os serviços da Câmara Municipal a fornecer algum apoio se necessário. -----

A inconveniência de recurso a qualquer modalidade de relação jurídica de emprego público resulta do facto de o serviço ser excecional e pontual no sentido de não comportar regularidade ao longo dos dias e semanas de cada mês, sendo inconveniente e desproporcionado neste caso o estabelecimento de uma relação jurídica de emprego por tempo indeterminado. -----

b) O parecer pressupõe cabimento orçamental da despesa, a qual não deverá ultrapassar o valor total de 32 000,00 euros, acrescido de IVA à taxa em vigor, encontra-se assegurado e está previsto no Orçamento para 2016, como se comprova através dos documentos em anexo. Os pagamentos respeitantes ao contrato apenas serão satisfeitos pela Câmara Municipal de Penamacor existindo fundos disponíveis nos termos da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, na redação dada pela Lei n.º 22/2015, de 17 de março. -----

c) A aquisição de serviços será feita nos termos do disposto no Código dos Contratos Públicos atualizado, e o procedimento para formação do contrato será o ajuste direto – regime geral, nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 20º do referido Código dos Contratos Públicos atualizado; -----



Livro: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_  
Folha: \_\_\_\_\_

## **CÂMARA MUNICIPAL DE PENAMACOR**

d) Os prestadores de serviço têm regularizada a situação fiscal e a situação contributiva; -----

e) Os prestadores de serviço não têm qualquer impedimento à celebração do contrato. -----

Mais proponho que a deliberação de dar parecer favorável seja aprovada em minuta, nos termos dos n.ºs. 3 e 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, para que com a maior brevidade possa desencadear-se o procedimento de formação do contrato”. -----

A proposta foi aprovada por unanimidade. -----

### **5 – AUTORIZAÇÃO PARA CELEBRAÇÃO DO ADICIONAL DA EMPREITADA “CASA DA MEMÓRIA DA MEDICINA SEFARDITA ANTÓNIO RIBEIRO SANCHES - PENAMACOR”. -----**

Foi presente à reunião proposta subscrita pelo senhor presidente da câmara que se transcreve: -----

“Compete à Câmara Municipal nos termos da alínea b) n.º 1 do artigo 18.º do Decreto – Lei n.º 197/99, de 8 de junho, autorizar a celebração do adicional da empreitada “Casa da Memória da Medicina Sefardita António Ribeiro Sanches - Penamacor”. -----

O Valor estimado da despesa é de € 8 647,41 resultante de trabalhos de suprimento de erros e omissões acrescido de IVA à taxa legal em vigor, no montante de € 518,84, a que corresponde um valor global de despesa de € 9 166,25. -----

Assim, considerando o teor dos documentos anexos à presente propostas, que dela fazem parte, nomeadamente: Informação n.º 234/DO-OP, de 16/set./2016, acompanhada da respetiva Ficha do Compromisso. -----

PROPONHO QUE SEJA DELIBERADO: -----

Autorização para realização de despesa cujo preço contratual será de € 8 647,41; -----

Ref.ª \_\_\_\_\_  
Data: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_



Livro: \_\_\_\_/\_\_\_\_  
Folha: \_\_\_\_\_

## **CÂMARA MUNICIPAL DE PENAMACOR**

Autorização para notificar o adjudicatário para a realização dos trabalhos e prestação de caução no valor de € 432,37 (5% do preço contratual); -----  
Determinar o envio de cópia dos elementos do processo à Sr.<sup>a</sup> Oficial Pública, para providenciar a elaboração da minuta do contrato adicional para aprovação. A aprovação em minuta, da presente decisão, nos termos dos n.ºs. 3 e 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, para que com a maior brevidade possa desencadear-se o procedimento de formação do contrato”. ----  
A proposta foi aprovada por unanimidade. -----

### **6 – ABERTURA DE PROCEDIMENTO DE EMPREITADA DE OBRAS PÚBLICAS - “REQUALIFICAÇÃO URBANA DE PENAMACOR – FASE I: REQUALIFICAÇÃO URBANA DO ACESSO AO CIMO DE VILA”. -----**

Foi presente à reunião proposta subscrita pelo senhor presidente da câmara que se transcreve: -----

“Compete à Câmara Municipal nos termos da alínea b) do n.º 1 do artigo 18.º do Decreto – Lei n.º 197/99, de 8 de junho em conjugação com a alínea f) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e a alínea b) do artigo 19.º do Código dos Contratos Públicos atualizado, autorizar a abertura do Concurso Público para formação de contrato de empreitada “Requalificação Urbana de Penamacor – Fase 1: Requalificação Urbana do Acesso ao Cimo de Vila”. -----

O valor estimado da despesa é de € 329 395,25 acrescido de IVA à taxa legal em vigor, encargos esses que têm cabimento no orçamento do corrente ano sob as classificações: Orgânica 02, Económica 07010413 – Outros. A verba disponível este ano é de € 349 158,97 (trezentos e quarenta e nove mil cento e cinquenta e oito euros e noventa e sete cêntimos). -----

Assim, considerando o teor dos documentos anexos à presente propostas, que dela fazem parte, nomeadamente: Despacho, Informação n.º 243/DO-OP, de 20/set./2016 e respetivo Documento de Cabimentação da Despesa. -----

Ref.<sup>a</sup> \_\_\_\_\_  
Data: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_



Livro: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_  
Folha: \_\_\_\_\_

## **CÂMARA MUNICIPAL DE PENAMACOR**

**PROPONHO QUE SEJA DELIBERADO:** -----

A abertura do procedimento com recurso a Concurso Público com vista a formação de contrato de empreitada; -----

Autorização para realização de despesa. -----

Aprovação do projeto, programa de concurso e caderno de encargos, conforme estabelecido na alínea f) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro; -----

Nomeação do júri do procedimento, nos termos do n.º 1 do artigo 67.º, do Códigos dos Contratos Públicos atualizado, designando os seguintes elementos: -----

Raul Álvaro Caldeira Tudela Laranjeira, Chefe de Divisão, que preside; -----

Maria Helena de Jesus Lopes, Técnica Superior; -----

Ana Isabel da Conceição Valente, Técnica Superior; -----

Paulo Alexandre Felizardo Servo, Chefe de Divisão, 1.º Suplente; -----

José Luís Gil da Silva Leitão, Técnico Superior, 2.º Suplente; -----

Mais proponho que a deliberação seja aprovada em minuta, nos termos dos n.ºs. 3 e 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, para que com a maior brevidade possa desencadear-se o procedimento de formação do contrato”. ---

A proposta foi aprovada por unanimidade. Foi ainda deliberado emitir parecer favorável relativo à informação n.º 250 da Divisão de Obras – Obras Particulares, Planeamento e Ordenamento do Território, que fica anexa à presente ata e dela fica a fazer parte integrante. -----

## **7 – CONTRATAÇÃO DE FORNECIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA EM MERCADO LIBERALIZADO.** -----

Foi presente à reunião proposta subscrita pelo senhor presidente da câmara que se transcreve: -----

“Considerando que: -----

1. Face à legislação em vigor torna-se necessária a contratação, em mercado liberalizado, do fornecimento de energia elétrica em Baixa Tensão Especial

Ref.ª \_\_\_\_\_  
Data: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_



## **CÂMARA MUNICIPAL DE PENAMACOR**

(BTE) e Baixa Tensão Normal (BTN) para as diversas instalações de consumo do Município de Penamacor (incluindo as instalações Iluminação Pública), identificadas no Anexo I ao Caderno de Encargos do procedimento aquisitivo que ora se vai propor seja aprovado, pelo prazo de 3 (três) anos; -----

2. Os restantes 16 municípios pertencentes à área de atuação da Agência de Energia e Ambiente do Interior (ENERAREA) manifestaram, numa reunião de Conselho de Administração, que a referida necessidade da aquisição de energia elétrica em Média Tensão (MT), Baixa Tensão Especial (BTE) e Baixa Tensão Normal (BTN) lhes era comum e tinham interesse em integrar um procedimento comum; -----

3. Algumas outras entidades do perímetro autárquico manifestaram também o interesse em integrar este procedimento; -----

4. Se afigura possível, e vantajoso, o lançamento de um único concurso com vista à celebração de um único contrato de aquisição de energia, foi elaborada uma minuta de protocolo para a constituição de um agrupamento das dezoito entidades adjudicantes interessadas, à luz do disposto no artigo 39.º do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, relevando do protocolo a designação da ENERAREA – Agência Regional de Energia e Ambiente do Interior como representante de tal agrupamento, para efeitos de condução do procedimento de formação do contrato (minuta de protocolo em anexo); -----

5. A referida minuta de protocolo, foi já aprovada pela ENERAREA – Agência Regional de Energia e Ambiente do Interior, e contém, em anexo, as minutas das peças do procedimento aquisitivo (programa do concurso e caderno de encargos), as quais refletem os termos do protocolo a celebrar; -----

6. Nos termos da regra geral de escolha do procedimento (prevista no artigo 18.º do Código dos Contratos Públicos) bem como do valor máximo do benefício económico que pode ser obtido pela(s) entidade(s) adjudicatária(s) com a execução dos contratos a celebrar, se mostrou adequado adotar o procedimento do tipo concurso público, com publicação do anúncio no Diário da República e no Jornal Oficial da União Europeia, tudo em conformidade,



## **CÂMARA MUNICIPAL DE PENAMACOR**

designadamente, com o previsto no artigo 16.º n.º 1, alínea b), artigos 17.º, 18.º e 20.º n.º 1, alínea b), todos do Código dos Contratos Públicos; -----

7. No que ao Município de Penamacor diz respeito, o órgão competente para contratar, autorizar a despesa, escolher o procedimento, aprovar os documentos pré-contratuais, aprovar a minuta de contrato, bem como para quaisquer outros atos inerentes ao procedimento aquisitivo em apreço é a Câmara Municipal, uma vez que se estima que, tendo em conta os consumos e valores atuais do mercado, com a execução de todas as prestações relativas ao Município de Penamacor que constituem o objeto do contrato, o preço contratual a pagar pelo Município referente às componentes de Energia Ativa do Mercado Liberalizado, possa ser na ordem dos 1.455.000,00 € repartidos pelo valor de 485.000,00 anuais e incluindo IVA e incluindo as parcelas relativas a outras componentes taxadas nos termos da legislação e regulamentação aplicáveis, nomeadamente as tarifas relativas às parcelas das Componentes de Acesso às Redes, fixadas pela Entidade Reguladora dos Serviços Energéticos (ERSE), tais como as tarifas de potência (incluindo potência contratada e em horas de ponta), de energia ativa (incluindo tarifas simples, horas de ponta, cheias, fora de vazio, vazio normal e super vazio) e de energia reativa fornecida e recebida das instalações em Baixa Tensão Especial e Baixa Tensão Normal, e ainda as taxas de radiodifusão e o imposto especial sobre o consumo de eletricidade, acrescendo-se igualmente os respetivos IVAs às taxas legais em vigor. -----

8. O encargo total com o contrato (com todas as componentes referidas no ponto anterior) estima-se em 1.455.000,00 € repartidos pelo valor de 485.000,00 anuais e incluindo IVA, cujos encargos terão reflexos no próximo ano económico, acautelando-se o montante do contrato a celebrar em sede de elaboração dos documentos previsionais para execução nos anos 2017, 2018 e 2019. -----

9. De acordo com o previsto na alínea e) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, é necessário obter da Assembleia Municipal a autorização prévia para a assunção dos compromissos plurianuais inerentes ao



## **CÂMARA MUNICIPAL DE PENAMACOR**

contrato a celebrar, compromissos plurianuais esses a autorizar em valor correspondente ao dos encargos de 2017, 2018 e 2019, e que se estimam, como referido, no valor de 1.455.000,00 €; -----

10. Do tipo de procedimento em causa decorrem, legalmente previstas, regras que determinam prazos relativamente longos, designadamente, o prazo para efeitos de apresentação de proposta dever ser no mínimo 47 dias, a que acresce o facto de o procedimento ser desenvolvido sob a fórmula de agrupamento de entidades adjudicantes e ainda o facto de qualquer procedimento aquisitivo encerrar potenciais vicissitudes suscetíveis de levar ao protelamento da celebração do contrato na data pretendida, se mostra adequado propor à Câmara Municipal autorização para que se proceda à publicitação do concurso público através do respetivo anúncio no Diário da República e no Jornal Oficial da União Europeia, logo após a aprovação desta proposta. -----

Tenho a honra de propor que a Câmara Municipal delibere aprovar: -----

a. A minuta do protocolo a ser celebrado entre a ENERAREA – Agência Regional de Energia e Ambiente do Interior e os Municípios de Almeida, Belmonte, Celorico da Beira, Covilhã, Figueira de Castelo Rodrigo, Fornos de Algodres, Fundão, Gouveia, Guarda, Manteigas, Mêda, Penamacor, Pinhel, Sabugal, Seia, Trancoso e a AMCB – Associação de Municípios da Cova da Beira, que consta em anexo, podendo estar representada no protocolo a totalidade ou parte dos municípios associados, e que visa o estabelecimento de regras para constituição de um agrupamento de entidades adjudicantes para lançamento de procedimento aquisitivo e subsequente celebração de contrato(s) em ordem à aquisição de energia elétrica em Média Tensão, Baixa Tensão Especial e Baixa Tensão Normal, para as diversas instalações das entidades subscritoras; -----

b. A autorização para início e tipo de procedimento que correrá sob a forma de concurso público, com publicitação no Diário da República e no Jornal Oficial da União Europeia, em conformidade, designadamente, com o previsto no





## **CÂMARA MUNICIPAL DE PENAMACOR**

artigo 16.º n.º 1, alínea b), artigos 17.º, 18.º e 20.º, n.º 1, alínea b), todos do Código dos Contratos Públicos (CCP). -----

c. Designar a ENERAREA – Agência Regional de Energia e Ambiente do Interior como representante do Agrupamento delegando-lhe as competências necessárias para promover e praticar todos os atos e procedimentos necessários com vista ao lançamento do concurso, nos termos do previsto nas cláusulas 4ª e 8ª do Protocolo acima referido. -----

d. A remessa da presente proposta à Assembleia Municipal para aprovação da autorização prévia para a assunção dos compromissos plurianuais inerentes ao(s) contrato(s) a celebrar, de acordo com o previsto na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, compromissos plurianuais esses a autorizar em valor correspondente ao dos encargos de 2017, 2018 e 2019, e que se estimam no valor anual de 485.000,00 €”. -----

A proposta foi aprovada por unanimidade e em minuta, nos termos dos n.ºs. 3 e 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro -----

### **8 – PROTOCOLO ENTRE A CÂMARA MUNICIPAL DE PENAMACOR E A ASSOCIAÇÃO IBERLINX. -----**

Foi presente à reunião proposta subscrita pelo senhor presidente da câmara que se transcreve: -----

“O Município de Penamacor é associado da Associação Iberlinx – Associação para a Conservação do Lince-Ibérico e Desenvolvimento dos seus Territórios desde a sua fundação, sendo também desde o início membro da respetiva Direção. -----

Nessa qualidade assumiu o Município de Penamacor o compromisso de assegurar também a componente nacional do orçamento do projeto LIFE + Iberlinx em Portugal. O financiamento da componente nacional deste projeto assumirá a forma de uma quota extraordinária, no valor de € 22.683,90. -----





## **CÂMARA MUNICIPAL DE PENAMACOR**

Neste contexto, propõe-se à Câmara Municipal que, no uso da competência para apoiar atividades de interesse para o Município, que lhe está atribuída pela alínea u) do nº 1 do artigo 33º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, autorize o Município a celebrar com a Associação Iberlinx – Associação para a Conservação do Lince-Ibérico e Desenvolvimento dos seus Territórios, um Protocolo destinado a enquadrar o financiamento da componente nacional do projeto LIFE10/NAT/ES/00570 – Recuperação da Distribuição Histórica do Lince Ibérico em Espanha e Portugal – Iberlinx, nos termos e com os fundamentos que constam do modelo que se anexa e faz parte integrante da presente proposta para todos os efeitos. -----

Mais se propõe que seja deliberado autorizar o pagamento de uma quota extraordinária no valor € 22.683,90, despesa que tem cabimento no orçamento do corrente ano”. -----

O senhor presidente recordou o insucesso que teve no território da Malcata o projeto LIFE na sua estrutura anterior, em virtude da decisão do anterior secretário de estado, dos municípios de Penamacor e Sabugal terem sido afastados do processo sem qualquer explicação. Referiu que a presente candidatura para reintrodução do lince ibérico na serra da Malcata é liderada pelo município de Penamacor e reúne os municípios de Sabugal e Castelo de Vide e a empresa Edia – Empresa de Desenvolvimento e Infraestruturas de Alqueva, S.A. -----

O senhor vereador Pedro Folgado referiu que uma das fundamentações apresentadas na documentação é que ao abrigo do programa LIFE, o território da Malcata deixou de ser ilegível para a introdução do lince ibérico. Neste sentido perguntou ao senhor presidente: “Deixamos de ser ilegíveis para a introdução do lince ibérico para a Comissão Europeia e vamos ser ilegíveis para a introdução do lince ibérico para o estado português? Em que medida é que a atuação do secretário de estado anterior teve influência nesta perda de ilegibilidade do território da Malcata à luz de um programa comunitário de financiamento? Uma vez que há novo projeto para introdução do lince ibérico e que engloba uma série de entidades, um projeto ambicioso que Penamacor vai



## **CÂMARA MUNICIPAL DE PENAMACOR**

liderar, pergunto se Penamacor tem capacidade técnica para liderar um projeto desta envergadura?”-----

O senhor presidente respondeu ao senhor vereador Pedro que enquanto autarca não lhe é relevante a proveniência dos fundos, interessa que consiga traduzir no terreno as intenções, sendo que uma delas é levar por diante o processo de criar condições para que o lince ibérico volte à Reserva da Malcata. Esclareceu que o secretário de estado anterior não honrou os compromissos assumidos, uma vez que os municípios de Penamacor e Sabugal foram desligados do processo sem qualquer justificação aceitável. No respeitante à capacidade técnica do município, disse estar previsto no projeto valores para a respetiva assistência técnica. -----

A proposta foi aprovada por unanimidade e em minuta, nos termos dos nºs. 3 e 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro. -----

### **9 – MODELO DE ESTRUTURA ORGÂNICA DA CÂMARA MUNICIPAL DE PENAMACOR PARA O ANO DE 2017. -----**

Foi presente à reunião proposta subscrita pelo senhor presidente da câmara que se transcreve: -----

“Nos termos das disposições conjugadas da alínea m) do nº 1 do artigo 25º com a alínea ccc) do nº 1 do artigo 33º, ambos da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, compete ao órgão deliberativo por proposta do órgão executivo, aprovar a criação ou reorganização dos serviços municipais. -----

O regime jurídico da organização dos serviços das autarquias locais encontra-se previsto no Decreto-Lei nº 305/2009, de 23 de outubro. -----

Proponho que, para posterior submissão à Assembleia Municipal dada a sua competência para aprovar a criação e reorganização dos serviços municipais prevista na alínea m) do nº 1 do artigo 25º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, seja deliberado pelo Órgão Executivo no exercício da competência prevista na alínea ccc) do nº 1 do artigo 33º do mesmo diploma e ao abrigo do



## **CÂMARA MUNICIPAL DE PENAMACOR**

artigo 6º do Decreto-Lei nº 305/2009, de 23 de outubro, manter para 2017 o modelo atual de organização dos serviços, nos termos seguintes: -----

1 – Propor à Assembleia Municipal que aprove como modelo de estrutura orgânica a adotar em sede de organização interna dos serviços da Câmara Municipal de Penamacor para o ano de 2017, uma estrutura hierarquizada, nos termos da competência prevista na alínea a) do artigo 6º do Decreto-Lei nº 305/2009, de 23 de outubro. -----

2 – Propor à Assembleia Municipal que aprove como número máximo, nos termos permitidos pela alínea a) do nº 1 do artigo 8º e nº 1 do artigo 9º da Lei nº 49/2012, de 29 de agosto, a criação pela Câmara Municipal de 3 unidades orgânicas flexíveis destinadas a ser dirigidas por dois chefes de divisão municipal e um dirigente intermédio de 3º grau (conforme deliberação da Assembleia Municipal de 26 de setembro de 2014, por proposta da Câmara Municipal, que se mantém válida e em vigor), ao abrigo da competência prevista na alínea c) do artigo 6º do Decreto-Lei nº 305/2009, de 23 de outubro.

3 – Propor à Assembleia Municipal que aprove como número máximo, a previsão mediante Despacho do Senhor Presidente da Câmara, de 3 subunidades orgânicas destinadas a ser dirigidas por coordenadores técnicos, nos termos da competência prevista na alínea d) do artigo 6º do Decreto-Lei nº 305/2009, de 23 de outubro”. -----

A proposta foi aprovada por maioria com as abstenções dos senhores vereadores Vítor Gabriel e Pedro Folgado. -----

O Senhor Presidente propôs a aprovação da presente deliberação em minuta, nos termos dos nºs. 3 e 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro. A proposta foi aprovada por unanimidade. -----

## **10 – FINANÇAS MUNICIPAIS. -----**

Foi presente o original Resumo Diário da Tesouraria, assinado e rubricado, que foi arquivado à presente ata. Foram também apresentados para análise os mapas atuais do orçamento da receita acumulada de 8.544.452,61 euro e uma



Livro: \_\_\_\_/\_\_\_\_  
Folha: \_\_\_\_\_

## **CÂMARA MUNICIPAL DE PENAMACOR**

despesa também acumulada de 5.791.917,93 euro e depois de rubricados ficam arquivados em anexo à presente ata. -----

### **INTERVENÇÃO DO PÚBLICO. -----**

Não havia público presente na reunião. -----

E não havendo mais assuntos a tratar, o Senhor Presidente da Câmara declarou encerrada a reunião eram dezasseis horas e quinze minutos, e dela se lavra a presente ata que depois de lida, julgada conforme e aprovada, vai ser assinada. E eu, \_\_\_\_\_, Técnica Superior, a redigi e subscrevi. -----

A Técnica Superior

O Presidente da Câmara

\_\_\_\_\_  
Teresa Bento Ribeiro

\_\_\_\_\_  
António Luís Beites Soares